

Avaliação Externa das Escolas **Relatório de escola**

Agrupamento de Escolas
Dr. João Lúcio
MONCARAPACHO/FUSETA

Delegação Regional do Algarve da IGE

Datas da visita: 18 a 20 de Fevereiro de 2009

I - INTRODUÇÃO

A Lei n.º 31/2002, de 20 de Dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a auto-avaliação e para a avaliação externa. Por sua vez, o programa do XVII Governo Constitucional estabeleceu o lançamento de um «programa nacional de avaliação das escolas básicas e secundárias que considere as dimensões fundamentais do seu trabalho».

Após a realização de uma fase piloto, da responsabilidade de um Grupo de Trabalho (Despacho conjunto n.º 370/2006, de 3 de Maio), a Senhora Ministra da Educação incumbiu a Inspeção-Geral da Educação (IGE) de acolher e dar continuidade ao processo de avaliação externa das escolas. Neste sentido, apoiando-se no modelo construído e na experiência adquirida durante a fase-piloto, a IGE está a desenvolver esta actividade, entretanto consignada como sua competência no Decreto Regulamentar n.º 81-B/2007, de 31 de Julho.

O presente relatório expressa os resultados da avaliação externa do **Agrupamento de Escolas Dr. João Lúcio**, realizada pela equipa de avaliação, na sequência da visita efectuada entre **18 e 20 de Fevereiro de 2009**.

Os capítulos do relatório — Caracterização do Agrupamento, Conclusões da Avaliação por Domínio, Avaliação por Factor e Considerações Finais — decorrem da análise dos documentos fundamentais do Agrupamento, da sua apresentação e da realização de entrevistas em painel.

Espera-se que o processo de avaliação externa fomente a auto-avaliação e resulte numa oportunidade de melhoria para o Agrupamento, constituindo este relatório um instrumento de reflexão e de debate. De facto, ao identificar pontos fortes e pontos fracos, bem como oportunidades e constrangimentos, a avaliação externa oferece elementos para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de melhoria e de desenvolvimento de cada escola, em articulação com a administração educativa e com a comunidade em que se insere.

A equipa de avaliação externa congratula-se com a atitude de colaboração demonstrada pelas pessoas com quem interagiu na preparação e no decurso da avaliação.

O texto integral deste relatório, bem como um eventual contraditório apresentado pelo Agrupamento, encontra-se no sítio da IGE em: www.ige.min-edu.pt

Escala de avaliação

Níveis de classificação dos cinco domínios

MUITO BOM – Predominam os pontos fortes, evidenciando uma regulação sistemática, com base em procedimentos explícitos, generalizados e eficazes. Apesar de alguns aspectos menos conseguidos, a organização mobiliza-se para o aperfeiçoamento contínuo e a sua acção tem proporcionado um impacto muito forte na melhoria dos resultados dos alunos.

BOM – A escola revela bastantes pontos fortes decorrentes de uma acção intencional e frequente, com base em procedimentos explícitos e eficazes. As actuações positivas são a norma, mas decorrem muitas vezes do empenho e da iniciativa individuais. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto forte na melhoria dos resultados dos alunos.

SUFICIENTE – Os pontos fortes e os pontos fracos equilibram-se, revelando uma acção com alguns aspectos positivos, mas pouco explícita e sistemática. As acções de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas da escola. No entanto, essas acções têm um impacto positivo na melhoria dos resultados dos alunos.

INSUFICIENTE – Os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes. A escola não demonstra uma prática coerente e não desenvolve suficientes acções positivas e coesas. A capacidade interna de melhoria é reduzida, podendo existir alguns aspectos positivos, mas pouco relevantes para o desempenho global. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto limitado na melhoria dos resultados dos alunos.

II - CARACTERIZAÇÃO DO AGRUPAMENTO

O Agrupamento de Escolas Dr. João Lúcio, constituído no ano lectivo de 2000/01, situa-se no concelho de Olhão e integra quatro unidades de educação/ensino, localizando-se duas na freguesia de Moncarapacho – Escola Básica do 1.º ciclo do Ensino Básico (EB1) de Bias e Escola Básica dos 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico (EB 2,3) Dr. João Lúcio – e duas na freguesia da Fuseta – Jardim de Infância (JI) e EB1 da Fuseta. Na região, para além da actividade predominantemente piscatória, observa-se uma clara expansão da turística.

No ano lectivo de 2008/09, inscreveram-se no Agrupamento 452 crianças/alunos, dos quais 47 frequentam a educação pré-escolar, 154 o 1.º CEB, 97 o 2.º CEB (incluindo uma turma de percursos curriculares alternativos (PCA) e outra do Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF, tipo1), 135 o 3.º CEB (incluindo três turmas de cursos de educação e formação (CEF), uma turma de currículos específicos individuais e uma turma de PIEF, tipo 2) e 19 do Curso Profissional de Técnico de Restauração. Encontram-se, ainda, inscritos em cursos de alfabetização e em acções de curta duração e de formação, em regime nocturno, 122 formandos. Do total de alunos do ensino diurno, 3,8% são de nacionalidade estrangeira e 54% beneficiam de auxílios económicos.

No presente ano lectivo, estão colocados no Agrupamento 64 docentes – 37 do quadro de escola, 15 do quadro de zona pedagógica e 12 contratados. O pessoal não docente é constituído por 52 funcionários, dos quais 7 exercem funções nos Serviços de Administração Escolar.

As instalações escolares dos estabelecimentos agrupados estão, na sua generalidade, bem conservadas e adequam-se às actividades desenvolvidas, à excepção da área reduzida dos pátios do JI da Fuseta e de uma certa degradação dos recreios da EB1 de Bias. No que se refere à EB 2,3, releva-se a diversidade de espaços específicos: auditório, biblioteca/centro de recursos educativos (BE/CRE), laboratórios e uma sala de Educação Tecnológica. Edifícios e recreio denotam qualidade e segurança, sendo de referir a existência, no exterior, de um “green” (simulação de campo de golfe), de uma estufa e de uma estação meteorológica e que os antigos balneários foram adaptados para áreas de trabalho destinadas ao Curso Profissional.

III - CONCLUSÕES DA AVALIAÇÃO POR DOMÍNIO

1. RESULTADOS

SUFICIENTE

As estruturas educativas do Agrupamento tratam periodicamente os resultados da avaliação interna, procedendo à respectiva comparação com os dos anos lectivos anteriores e com as classificações obtidas nas provas de avaliação externa. Como consequência, tem-se verificado a aplicação de um conjunto de medidas de reforço do apoio aos alunos com maiores dificuldades, sobretudo nas disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática. Internamente, no ano lectivo de 2007/08, a taxa de conclusão do 3.º CEB atingiu 100%, quando, no 2.º CEB, a mesma se situou em 76,5%. Relativamente às provas de aferição do 4.º ano, verificaram-se valores superiores às médias nacionais, o que não sucedeu nas provas do 6.º ano, nem nos exames nacionais do 9.º ano, cujas médias se situaram abaixo das nacionais.

Embora existam casos de indisciplina, através da educação para a cidadania – uma das prioridades do Agrupamento – são promovidas iniciativas orientadas para a formação pessoal e social dos alunos que são auscultados sobre o funcionamento das escolas e implicados na preservação e na manutenção dos espaços/instalações. Para o efeito, releva-se a participação dos alunos no programa Parlamento dos Jovens, a assembleia de delegados e o Gabinete de Apoio ao Aluno.

2. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

BOM

A articulação e a sequencialidade são assumidas como debilidades, sobretudo, nos 2.º e 3.º CEB. No entanto, há procedimentos que, entre a Educação Pré-Escolar e o 1.º CEB e entre este e o 2.º CEB, visam, fundamentalmente, a transmissão de informações, sendo ainda pouco visíveis acções que, de uma forma consequente, promovam a sequencialidade das aprendizagens.

Nas estruturas de coordenação pedagógica e de supervisão registam-se práticas de trabalho colaborativo entre docentes ao nível do planeamento da acção educativa, da construção de grelhas e na partilha de materiais para a avaliação dos alunos. É também aí que são divulgadas orientações para o exercício de cargos, como o de director de turma. No entanto, não se encontra generalizado o acompanhamento da actividade lectiva em sala de aula. Nesta área, sublinha-se a acção dos Serviços Especializados de Apoio Educativo que garantem estratégias diferenciadas de inclusão dos alunos com necessidades educativas permanentes, sendo evidente a preocupação subjacente à sua preparação para a vida activa. Por outro lado, a psicóloga e a rede de interações estabelecidas com uma instituição comunitária e com os serviços de saúde enquadram um importante programa de prevenção, de tratamento e de orientação para os alunos e para situações familiares desajustadas. É neste contexto que se integra também a oferta educativa e a diversidade de projectos, de índole nacional e internacional, que constituem mais uma aposta em respostas educativas diferenciadas.

3. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR

BOM

O Projecto Educativo, subordinado ao tema “Aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a viver com os outros”, é um documento de orientação estratégica. O Projecto Curricular de Agrupamento e o Plano Anual de Actividades apresentam uma estrutura coerente e articulam-se com as metas e os objectivos de desenvolvimento da organização escolar.

A distribuição do serviço docente é realizada tendo em conta a continuidade pedagógica e, no caso do pessoal não docente, são tidos em atenção as competências, o perfil e a experiência de cada um, existindo, assim, uma rentabilização dos recursos humanos disponíveis. Internamente, têm sido dinamizadas acções de formação relacionadas com as tecnologias de informação e comunicação.

Na escola sede tem sido desenvolvida uma gestão adequada dos espaços que, através de várias e sucessivas intervenções, se encontram adaptados às necessidades da oferta educativa e que evidenciam um bom estado de conservação. Há iniciativas diversificadas de angariação de fundos que têm implicado um aumento das verbas aplicadas na manutenção das instalações e na aquisição de equipamentos.

Reactivada, no corrente ano lectivo, a Associação de Pais e Encarregados de Educação tem desenvolvido algumas actividades de modo a dar a conhecer o seu trabalho e a intervir positiva e dinamicamente no Agrupamento. Todavia, apesar de acções diversificadas que têm como objectivo atrair os pais à escola, a sua participação é ainda considerada como uma debilidade.

Os critérios de constituição de turmas, as normas para a elaboração de horários, a definição, divulgação e aplicação dos critérios de avaliação, considerados justos pelos alunos e encarregados de educação, são promotores da igualdade de oportunidades. São ainda oferecidos apoios educativos suplementares a alunos estrangeiros, de forma a promover o seu sucesso académico.

4. LIDERANÇA

MUITO BOM

O Órgão de Gestão assume-se como um grupo de trabalho coeso, solidário e co-responsável pelos processos de tomada de decisão. Através de um desempenho atento e empenhado, incentiva as estruturas intermédias a apresentarem iniciativas e motiva os restantes actores educativos para o

exercício responsável das suas funções. Para o efeito, o Regulamento Interno assume um papel relevante como meio de divulgação e referencial das competências dos vários profissionais.

O Agrupamento tem apostado no desenvolvimento de parcerias com entidades locais que respondam às necessidades das escolas e que têm impacto na acção educativa, nomeadamente com a autarquia e com instituições de apoio social e comunitário. Sublinhe-se, a este nível, o contributo de uma empresa local para a remodelação da instalação eléctrica da Escola Básica do 1.º CEB de Bias. Da mesma forma, tem sido valorizado o investimento nas novas tecnologias e em projectos inovadores que proporcionam aos alunos experiências enriquecedoras e motivação para o processo de ensino e aprendizagem.

5. CAPACIDADE DE AUTO-REGULAÇÃO E MELHORIA DO AGRUPAMENTO

SUFICIENTE

Para além da análise sistemática dos resultados escolares, o Agrupamento tem desenvolvido experiências descontínuas de auto-avaliação que, com frequência, se encontram associadas aos processos de construção e de reformulação do Projecto Educativo. Foi constituída, no presente ano lectivo, uma equipa que integra o Observatório de Qualidade da Escola e que procedeu à aplicação de uma bateria de questionários aos diferentes elementos da comunidade educativa. Com base no tratamento dos dados recolhidos, foi elaborado um relatório que, todavia, ainda não foi divulgado e apreciado em sede das estruturas de gestão e de coordenação pedagógica. No entanto, o facto do Projecto Educativo identificar os pontos fortes e as fragilidades do Agrupamento, apontando metas e objectivos estratégicos, pode contribuir para a respectiva sustentabilidade e desenvolvimento. Destacam-se, a este nível, a necessidade de melhorar a acção educativa, a procura de soluções para uma educação cada vez mais inclusiva e o reforço das parcerias com entidades locais de forma a viabilizar a diversificação da oferta educativa.

IV - AVALIAÇÃO POR FACTOR

1. RESULTADOS

1.1 SUCESSO ACADÉMICO

Com a finalidade de promover a reflexão e melhorar o sucesso escolar dos alunos, os resultados académicos são analisados, no final de cada período, por ciclo, ano, turma e disciplina, e comparados com os dos anos lectivos anteriores, havendo um estudo em curso sobre fluxos escolares. Num primeiro momento, os conselhos de turma reflectem sobre as classificações atribuídas. Posteriormente, os resultados escolares são analisados nos departamentos e no Conselho Pedagógico (CP), decorrendo paralelamente a definição de estratégias a implementar para a respectiva melhoria. Nesse âmbito, com particular incidência no 2.º CEB, salientam-se: a constituição de “equipas pedagógicas”, que visam diminuir o número de docentes nos conselhos de turma e aumentar o número de horas que cada professor lecciona à mesma turma; a redistribuição da carga horária, com o reforço de 45 min. para a Matemática; a leccionação de Estudo Acompanhado por docentes das áreas de Línguas e de Matemática, de forma a intensificar as aprendizagens naquelas disciplinas; a oferta de aulas de apoio pedagógico, aos alunos dos 2.º e 3.º CEB, nas disciplinas com maior insucesso; o funcionamento de assessorias, em aulas de 90 min., na disciplina de Matemática, tanto no 6.º como no 8.º anos, visando auxiliar o professor da turma e conceder apoio individual a um maior número de alunos; o laboratório de Matemática, equipado com material informático, designadamente um quadro interactivo. Visando uma melhor preparação dos alunos dos 8.º e 9.º anos, o Agrupamento aderiu, também, ao programa “testes intermédios”, com procedimentos muito semelhantes aos adoptados aquando da realização dos exames nacionais do 9.º ano.

Ao nível da avaliação interna, no que se refere ao ano lectivo de 2007/08, a taxa de conclusão mais elevada foi atingida no 3.º CEB (100%) e a mais baixa no 2.º CEB (76,5%), situando-se em 94,7%, no 1.º CEB. Quanto ao nível de sucesso alcançado nas provas de aferição do 4.º ano, foi de 94,4% a Língua Portuguesa (LP) e de 100% a Matemática, valores superiores às médias nacionais (de 89,5% e de 90,8%, respectivamente). No entanto, tendência semelhante não se verifica no 6.º ano, em que, nas mesmas disciplinas, as taxas de sucesso são inferiores às nacionais, com uma diferença apreciável, de 15,9%, a Matemática. No que diz respeito aos exames nacionais do 9.º ano, as médias foram de 3,1 a LP e de 2,3 a Matemática, duas e seis décimas abaixo das médias nacionais, de 3,3 e 2,9, respectivamente. Apesar dessa situação, observou-se uma melhoria em ambas as disciplinas, comparativamente com o ano lectivo de 2006/07.

1.2 PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CÍVICO

Sendo considerada uma prioridade do Agrupamento a valorização da educação para a cidadania, existem algumas iniciativas desenvolvidas no sentido de auscultar os alunos, de forma a conhecer as suas opiniões sobre o funcionamento das escolas, recolher as suas sugestões e, desta forma, corresponder aos seus interesses – através da assembleia de delegados, da área de Formação Cívica, e de questionários, integrados no processo de auto-avaliação do Agrupamento. Neste âmbito, deve igualmente referenciar-se a participação no Parlamento dos Jovens, desde o início do projecto, tendo como objectivo promover o interesse dos alunos pela vivência e pelo debate democrático.

Existem outras actividades, que são de relevar, como as visitas de idosos à Escola, provenientes do Centro de Dia da Fuseta, no final de cada período, almoçando e desenvolvendo actividades com os alunos que retribuem com lembranças produzidas nas aulas de Educação Tecnológica. Destaca-se, também, a colaboração dos alunos para o apetrechamento e embelezamento dos espaços exteriores, com a construção de mesas e bancos corridos. A promoção de campanhas de solidariedade para recolha de alimentos, de brinquedos, de jogos, de livros e para a aquisição de uma cadeira de rodas para um agregado familiar mais necessitado constitui igualmente um contributo com expressão nesta área.

1.3 COMPORTAMENTO E DISCIPLINA

Ainda que, a nível geral, exista um bom relacionamento interpessoal entre alunos, docentes e não docentes, ocorrem, por vezes, situações de indisciplina e de alguma violência na escola sede. Houve entrevistados que apontaram como elementos destabilizadores alunos da recém criada turma de PIEF. No primeiro período do corrente ano lectivo, contavam-se dez casos que deram origem a procedimento disciplinar, resultantes de agressão verbal e física e de perturbação das actividades lectivas. Na ocorrência de situações de mau comportamento e/ou violência, existe uma actuação concertada imediata. Está a ser dinamizado o Gabinete de Apoio ao Aluno (GAA) para onde são encaminhadas as situações problemáticas, espaço em que os alunos são recebidos por um professor, com quem dialogam sobre o acontecido. Visando prevenir eventuais problemas do mesmo tipo, é preenchida uma ficha para posterior tratamento. Apenas em situações limite, esgotada a comunicação com os alunos e as respectivas famílias, são aplicadas medidas disciplinares sancionatórias.

Na recepção aos alunos e aos EE, no início do ano lectivo, são dadas a conhecer as normas de funcionamento que constam do Regulamento Interno (RI). Este procedimento é reforçado, em Formação Cívica, com a análise e discussão dos direitos e deveres dos alunos, dinamizada pelos directores de turma (DT). Só após este trabalho de consciencialização, é promovida a eleição dos delegados e dos subdelegados de turma. Outras estratégias, que têm como finalidade fomentar a disciplina, passam pela aferição de formas de actuação dos professores em sala de aula, feita em sede de conselho de turma, e pelo “diário de turma”, nos 5.º, 6.º e 7.º anos. Nesta área, foram apontados como factores de melhoria a diversificação da oferta formativa e a cooperação de um vigilante de segurança, na escola sede.

1.4. VALORIZAÇÃO E IMPACTO DAS APRENDIZAGENS

Os entrevistados manifestaram satisfação quanto ao serviço prestado pelos estabelecimentos de educação/ensino que integram o Agrupamento, opinião igualmente recolhida através de questionários aplicados aos vários elementos da comunidade educativa. O maior acompanhamento que, no JI e nas EB1, os EE fazem ao percurso educativo dos seus educandos, possibilita um maior envolvimento e valorização das suas aprendizagens. É dado relevo a atitudes positivas dos alunos, nomeadamente no que concerne à assiduidade e pontualidade, sendo que, sempre que se verificam situações de ausência prolongada, os professores titulares/directores de turma intervêm junto dos EE, no sentido de evitar o abandono escolar.

As dificuldades verificadas na actividade pesqueira, associadas ao crescente desenvolvimento do turismo, têm contribuído para a valorização do papel da escola, designadamente através da oferta de cursos de índole profissionalizante que têm proporcionado a integração dos alunos no mundo do trabalho, sobretudo na sequência de estágios realizados em empresas locais.

2. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

2.1 ARTICULAÇÃO E SEQUENCIALIDADE

O trabalho articulado entre os diferentes níveis de ensino e entre as diversas áreas curriculares é, apenas, um propósito evidenciado nos documentos de planeamento, nomeadamente no PE, no Projecto Curricular do Agrupamento (PCA) e no Plano Anual de Actividades (PAA). Existem procedimentos que viabilizam a transmissão de informações das educadoras aos professores do 1.º ano sobre as características das crianças que ingressam naquele ano de escolaridade, o mesmo acontecendo na transição entre os 1.º e 2.º CEB. Existe também o cuidado de dar a conhecer documentos sobre a avaliação dos projectos curriculares das turmas de origem, de forma a facilitar a integração dos alunos nos novos estabelecimentos de ensino. Outras interacções desenvolvem-se ao nível do Plano Nacional de Leitura, em que crianças do JI da Fuseta, das EB1 e do 5.º ano frequentam, na BE/CRE, o “Cantinho dos mais novos”, com a dinamização de actividades de leitura, o que contribui para a sua posterior integração. A merecer referência os projectos “Livro a Três Mãos”, que circula pelos vários estabelecimentos de educação/ensino e tem como objectivo criar uma história com a colaboração das crianças/alunos, e “Livros com Pernas” – requisição e circulação de livros pelas várias escolas. O levantamento das competências em que os alunos do 2.º CEB evidenciam maiores dificuldades, designadamente em LP e Matemática, para o posterior desenvolvimento das mesmas no 1.º CEB, ainda não confluiu num trabalho profundo de articulação entre os dois níveis de ensino. Para além da circulação de informações sobre os alunos, não se encontraram evidências de procedimentos consolidados de articulação entre os 2.º e 3.º CEB.

Os professores das actividades de enriquecimento curricular (AEC) participam, uma vez por período, nas reuniões do Conselho de Articulação Curricular, decorrendo outros contactos com os professores titulares de turma, mas com carácter mais informal. Refira-se que, na EB1 da Fuseta, no âmbito das actividades de Educação Musical, foi musicada uma letra da autoria dos alunos.

2.2 ACOMPANHAMENTO DA PRÁTICA LECTIVA EM SALA DE AULA

As reuniões de departamento, onde se procede à elaboração das planificações e de balanços de conteúdos leccionados, à construção de grelhas de registo para a aferição dos critérios de avaliação e à partilha de materiais didácticos, constituem a expressão dos processos de acompanhamento da prática lectiva. Na realidade, não se encontram implementados mecanismos de supervisão do trabalho docente em sala de aula.

No Conselho de Directores de Turma, por seu lado, são transmitidas orientações sobre a acção a desenvolver pelos professores que desempenham o cargo, existindo documentos que têm por objectivo apoiar a sua intervenção no decurso do ano lectivo. As reuniões de conselho de turma têm também um papel importante no acompanhamento do trabalho desenvolvido pelos professores junto

dos alunos, através da monitorização dos projectos curriculares de turma e da definição das estratégias que melhor se adequem às dificuldades evidenciadas no processo de aprendizagem.

2.3 DIFERENCIAÇÃO E APOIOS

No presente ano lectivo, existem 17 crianças/alunos com necessidades educativas de carácter permanente (NEE) que beneficiam de programas educativos individuais e são apoiados pelos Serviços Especializados de Apoio Educativo. O trabalho é desenvolvido, por norma, na sala de actividades/de aula, recorrendo-se a outros espaços para utilização de equipamentos específicos, designadamente computadores. Há uma criança no JI que tem o apoio de uma educadora que trabalha na área da intervenção precoce. No que concerne aos currículos específicos individuais, os alunos são apoiados, na maior parte do tempo, pelos professores especializados e interagem com o grupo turma apenas nas aulas em que é desenvolvido um trabalho mais prático. Tem existido uma grande preocupação na preparação desses alunos para a vida activa, atribuindo-lhes tarefas nas áreas da cozinha e dos serviços administrativos.

Nesta área, interessa relevar o papel das parcerias com diversas instituições que proporcionam uma acção integrada com os técnicos do Agrupamento. É o caso do Centro Comunitário da Fuseta que, dispondo de duas psicólogas, apoia crianças/alunos com disfunções de ordem psíquica e acompanha situações familiares graves relacionadas com toxicodependência e com violência doméstica, entre outras. O mesmo acontece com o Centro de Saúde que, através de uma equipa com valências nas áreas da psicoterapia e da nutrição, colabora com a docente que coordena o Programa de Educação para a Saúde, facultando consultas abertas, especialmente para raparigas, e esclarecimento sobre temas relacionados com problemas da adolescência.

A psicóloga trabalha no Agrupamento apenas um dia por semana. No entanto, procede à elaboração de roteiros e de relatórios técnico-pedagógicos, em conjunto com os professores de apoio, e desenvolve o programa de orientação vocacional. No final do ano lectivo, proporciona informação sobre a oferta formativa da região e apoia as matrículas.

Na implementação de medidas compensatórias para os alunos com mais dificuldades, é evidente o desenvolvimento de práticas pedagógicas articuladas entre os professores que leccionam os apoios e os professores titulares/directores de turma no contexto dos planos de recuperação e de acompanhamento. Para os alunos de origem estrangeira dos 2.º e 3.º CEB existem aulas de reforço de português língua não materna.

2.4 ABRANGÊNCIA DO CURRÍCULO E VALORIZAÇÃO DOS SABERES E DA APRENDIZAGEM

Dois projectos distinguem-se como referências para o Agrupamento: o Desporto Escolar (DE), em que as equipas têm obtido vários troféus, designadamente na modalidade de ténis de mesa, no âmbito da qual a EB 2,3 já representou o país na Hungria, na Bélgica e em Malta; e o Parlamento dos Jovens, já anteriormente referido. Ainda na área do desporto, interessa nomear o corta-mato escolar e a participação no “Mega Sprinter”, uma competição de atletismo a nível nacional. Para o 1.º CEB, e em parceria com a Associação de Andebol do Algarve e a Casa do Povo de Moncarapacho, foi implementada a iniciação ao andebol, cuja prática tem lugar no pavilhão gimnodesportivo da escola sede.

A “Rádio Escola” é dinamizada nas festas e convívios organizados pelos alunos, normalmente no final de período e do ano lectivo, em que se regista a participação de figuras conhecidas no meio artístico nacional. Como resultado da interacção com a Casa do Povo de Moncarapacho, existe um rancho folclórico infantil na EB1 de Bias. A oferta de escola, no âmbito da representação teatral, é bastante apreciada, fundamentalmente pelos alunos do 3.º CEB. Existe, ainda, uma multiplicidade de actividades e projectos que evidenciam a dinâmica do Agrupamento na procura de incentivos para motivar e atrair os alunos, sendo exemplos: o Ateliê de Fornos Solares, o Clube Ciência Viva, o Clube da Matemática, Observações Astronómicas Nocturnas e o jornal “O Farol”.

Acresce referir a diversidade que caracteriza a oferta formativa do Agrupamento que, neste âmbito e mesmo antes de existir enquadramento normativo, já desde 1995, vinha organizando um currículo especial para contemplar os alunos que tinham dificuldade na transição entre o 2.º e o 3.º CEB que, posteriormente, se passou a designar por currículos alternativos. Assim, presentemente, para além dessas turmas, existem os CEF de Manutenção em Campos de Golfe e de Cozinha, turmas de PIEF e o Curso Profissional de Técnico de Restauração, variante Cozinha/Pastelaria. Somam-se o Curso de Alfabetização e as acções de curta duração dirigidas aos adultos que procuram maior escolarização e qualificação profissional. Desta forma, tem havido um contributo para a valorização das aprendizagens dos alunos e para a projecção do Agrupamento no meio.

3. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR

3.1 CONCEPÇÃO, PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO DA ACTIVIDADE

O PE constitui um documento de referência e identidade do Agrupamento e é assumido como um instrumento de autonomia, onde são explicitadas as linhas orientadoras da sua acção, tendo em consideração os problemas diagnosticados. Integra uma concepção de educação que espelha empenho no sucesso educativo e atribui relevância aos valores da cidadania e ao investimento em novas tecnologias. Coerente com o PE, e também bastante completo, o PCA explana pormenorizadamente os perfis de competências nas diversas disciplinas dos 2.º e 3.º CEB, conjugados com os temas/conteúdos programáticos. O PCA contém igualmente os desenhos curriculares dos diferentes ciclos e os critérios de avaliação, de progressão/retenção, de constituição de turmas, de distribuição de serviço, de ocupação dos tempos escolares, de elaboração dos horários e de construção dos projectos curriculares de turma. O PAA assume-se como um instrumento de planeamento e de operacionalização do PE, apresentando, de forma organizada, as actividades inseridas nos respectivos programas e medidas, bem como a sua justificação, os responsáveis pelas acções e a calendarização. A articulação de actividades no âmbito dos vários níveis de educação/ensino assume maior visibilidade no Projecto de Educação para a Saúde e na área do Desporto. Na realidade, o grosso das propostas apresentadas destina-se apenas à Educação Pré-Escolar e ao 1.º CEB, ou, por outro lado, aos 2.º e 3.º CEB.

3.2 GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Relativamente aos critérios de distribuição de serviço docente, é privilegiado o princípio da continuidade pedagógica e a redução do número de professores por turma, visando a constituição de equipas pedagógicas. Para a leccionação das turmas PIEF são seleccionados professores com experiência profissional e com um conhecimento mais profundo da realidade destes alunos. É também o prosseguimento do trabalho desenvolvido com as turmas que constitui a prioridade na atribuição de cargos, como o de DT.

A gestão do pessoal não docente revela-se adequada: a atribuição das respectivas áreas funcionais depende do perfil e das capacidades, para além da experiência adquirida no trabalho desenvolvido. É assim também nos serviços de administração escolar, onde foi implementada a gestão por processos. Quanto aos assistentes operacionais, é o respectivo encarregado que procede aos ajustes que anualmente são necessários, seja por exigência organizacional, seja por solicitação dos próprios funcionários.

As necessidades de formação profissional são identificadas nos departamentos e/ou através da auscultação por questionário, tendo sido concebido, para o presente ano lectivo, um Plano de Formação. O Agrupamento tem promovido sessões de informação/formação sobre a plataforma “Moodle” e sobre o funcionamento dos quadros interactivos. A nível externo, alguns professores do 1.º CEB frequentam acções no âmbito do “Ensino Experimental das Ciências” e do “Plano da Matemática”, promovidas pela Universidade do Algarve. O enriquecimento profissional dos assistentes técnicos tem assentado na oferta das empresas fornecedoras de programas informáticos,

enquanto, para o restante pessoal, destacam-se acções sobre temáticas como “Primeiros Socorros” e “Higiene e Segurança Alimentar”.

3.3 GESTÃO DOS RECURSOS MATERIAIS E FINANCEIROS

As instalações da escola sede apresentam-se em bom estado de conservação e com espaços diversificados, limpos e cuidados, evidenciando haver uma preocupação constante no melhoramento e na adaptação dos edifícios existentes às reais necessidades da acção educativa e formativa. Na realidade, como simbolicamente foi referido na apresentação do Agrupamento, é grande o distanciamento entre os pátios exteriores de origem da escola, em 1988, onde apenas havia umas quantas alfarrobeiras e amendoeiras, e aquilo que, como resultado de um esforço continuado de todos os que para isso se empenharam, é actualmente o seu aspecto, com áreas ajardinadas e com campos desportivos bem delineados e bem preservados. Foram criadas condições para o funcionamento da turma da Unidade de Transição e das vertentes tecnológica e prática dos cursos de educação e formação e profissional. Outros aspectos a merecer referência são a construção de rampas para facilitar o acesso a alunos com mobilidade condicionada e a adaptação de uma sala para a expressão dramática. Os restantes estabelecimentos denunciam situações desiguais, observando-se, na EB1 de Bias, alguma desadequação de espaços e degradação parcial dos pátios. É também nas EB1 onde mais se faz sentir a necessidade de materiais didácticos actualizados e de equipamentos na área das tecnologias da informação. Com frequência, os professores utilizam os seus próprios recursos no âmbito do processo de ensino e aprendizagem.

Nos últimos quatro anos (2005 a 2008), o Agrupamento aumentou o valor do orçamento com compensação em receita em cerca de 80%, o que evidencia iniciativa na angariação de verbas provenientes da cedência, a título oneroso, de espaços e das candidaturas a diversos projectos.

3.4 PARTICIPAÇÃO DOS PAIS E OUTROS ELEMENTOS DA COMUNIDADE EDUCATIVA

A Associação de Pais e Encarregados de Educação (APEE), reactivada no corrente ano lectivo, demonstra interesse em ter uma participação activa na vida do Agrupamento. No âmbito do PAA, destacam-se contributos como a organização de uma noite de fados, para apresentação da APEE, espaço de convívio com os alunos, professores e funcionários; a comemoração do Magusto; palestras sobre hábitos alimentares e sobre conflitos entre pais e filhos, intitulada esta de “Relação ou ralação”. De referir, igualmente, a apresentação de um projecto, em colaboração com o Instituto de Psicologia Aplicada e Formação (IPAF) para acompanhamento psicoterapêutico de alunos com distúrbios neurológicos, face à existência de famílias desestruturadas.

Com o objectivo de esclarecer e de estimular o envolvimento dos pais/EE, é igualmente de salientar a existência de documentos informativos adaptados aos vários níveis de educação/ensino, sobre a organização do Agrupamento e o desenvolvimento do ano lectivo, distribuídos aquando das reuniões iniciais com os responsáveis pelos grupos/turmas. Para além da flexibilização dos horários para atendimento dos pais/EE, relevam-se outras estratégias que têm finalidades semelhantes – a organização de exposições com os trabalhos das crianças/alunos, de festas de encerramento das actividades lectivas, bem como a abertura a representações teatrais. No entanto, os entrevistados reconhecem que existe a necessidade de reforçar os procedimentos já mencionados, dado tratar-se ainda de uma fragilidade do Agrupamento, especialmente ao nível dos 2.º e 3.º CEB.

3.5 EQUIDADE E JUSTIÇA

O Agrupamento promove a igualdade de oportunidades através: da aprovação de orientações para a constituição de turmas, que privilegiam a continuidade, e da divulgação e aplicação dos critérios de avaliação, que foram considerados justos pelos alunos e pelos EE e oferecem transparência a todo o processo. Acresce a diversificação de modalidades de apoio, criando condições para que os alunos obtenham sucesso, e a criação de espaços lúdicos e didácticos onde todos podem aceder a recursos materiais diferenciados, como a BE/CRE e as salas de informática. De sublinhar a preocupação em dar a todos os alunos a oportunidade de participar em visitas de estudo, fruto da insistência junto da

Câmara Municipal de Olhão para a cedência de transporte, uma vez tais visitas constituem ocasiões únicas para conhecerem outras realidades.

4. LIDERANÇA

4.1 VISÃO E ESTRATÉGIA

É reconhecida a capacidade de liderança da gestão de topo, sendo sublinhados o dinamismo e a coesão da equipa que se mostra sempre disponível, acessível e atenta a todos, promovendo interações que, mesmo de carácter informal, têm reflexos positivos na qualidade da resposta educativa. Os “caminhos de luz, de liberdade e de sonho”, enunciados na apresentação do Agrupamento, estão entranhados no PE através do desenvolvimento dos princípios da cidadania, da autonomia, da solidariedade, da tolerância e da responsabilidade. Decorre destes princípios a abertura a iniciativas das lideranças intermédias, incentivadas que são para tal, e a quem são proporcionados os meios necessários para o exercício das suas competências. O Órgão de Gestão é apontado como “motor” e, ao mesmo tempo, aplica aquilo que se pode denominar como uma “pedagogia do exemplo”. É neste contexto que se desenvolve a acção que, de forma continuada, procura criar condições para a integração escolar e social das crianças e jovens e a melhoria das instalações e dos recursos materiais, tendo em vista o desenvolvimento profissional de todos os intervenientes.

4.2 MOTIVAÇÃO E EMPENHO

Na generalidade, os entrevistados mostraram-se motivados para o exercício das suas funções, reconhecendo a importância de todos colaborarem para a prestação de um serviço educativo de qualidade. O Órgão de Gestão procura motivar e resolver os problemas, promovendo um relacionamento interpessoal baseado no respeito mútuo e na responsabilização dos diferentes actores escolares, tentando conciliar a exigência, relativamente ao exercício dos vários profissionais, e dar o apoio, quando do mesmo existam sectores mais carenciados. O Regulamento Interno, disponível na página do Agrupamento na internet e, em suporte de papel nos vários estabelecimentos de educação/ensino, constitui um importante referencial para a acção a desenvolver no âmbito das várias áreas funcionais.

É também aquele documento que, com grande pormenor, integra as distinções honoríficas a conferir a todos os elementos da comunidade educativa que se tenham destacado pela excelência das suas aptidões, atitudes ou serviços.

Para além destes, são ainda de apontar outros aspectos que têm por finalidade a mobilização dos vários actores – a existência de um logotipo, de uma bandeira, de galhardetes, de um hino e de um “livro de ouro”. De salientar, ainda, o bom relacionamento, coesão e cooperação entre todos os elementos da comunidade educativa, cujos laços, na escola sede, são estreitados através do “clube do chá” que promove, de modo informal, o convívio, a troca de experiências e o espírito de entreajuda.

4.3 ABERTURA À INOVAÇÃO

O Agrupamento revela grande abertura à participação em projectos inovadores, quer de iniciativa interna, quer por proposta de entidades externas. São disso exemplo: o uso de um quadro interactivo por um aluno de NEE (através de um “joystick” e de um teclado virtual) que lhe permite acompanhar as aulas e gravar os seus trabalhos num dispositivo amovível; a utilização de “robots”, na aprendizagem do ténis de mesa, para a recuperação de bolas; o funcionamento, à noite, do clube de astronomia; a manutenção de uma estação meteorológica. Há, também, todo um investimento na utilização das novas tecnologias que constituem prioridades, conforme a “Concepção de Educação” descrita no PE: o apetrechamento informático dos espaços escolares, o incentivo aos professores e aos alunos para utilizarem as novas tecnologias, a construção da página do Agrupamento na internet, o progressivo aproveitamento da plataforma “Moodle”, que funciona como um importante veículo de comunicação, e o recurso aos quadros interactivos. De sublinhar a qualidade de informação contida no

sítio do Agrupamento e a edição digital do jornal “O Farol”. No fundo, trata-se da procura de melhorar a qualidade do serviço prestado e, conseqüentemente, um contributo para o aprofundamento das aprendizagens e dos saberes.

Note-se, no entanto, que este progressismo é desigual quando nos deparamos com os fracos recursos informáticos disponíveis no JI e na EB1 de Bias que, acrescente-se, com frequência, carecem de rede para as ligações que é necessário efectuar.

4.4 PARCERIAS, PROTOCOLOS E PROJECTOS

Tendo como objectivo promover um diálogo constante com “todos os elementos da comunidade educativa, designadamente a Autarquia, visando otimizar todos os recursos disponíveis para a formação integral dos alunos”, o Agrupamento tem estabelecido protocolos e parcerias com a Câmara Municipal de Olhão e a Junta de Freguesia da Fuseta e de Moncarapacho. Trata-se de interacções que, embora não acarretem a inteira satisfação dos anseios do Órgão de Gestão, tornam-se imperativas no que se refere ao funcionamento do JI e das EB1. Salientam-se outras ligações que têm relevância para o bem-estar e para o acompanhamento das crianças/alunos, como o Centro Comunitário da Fuseta e a Casa do Povo de Moncarapacho. Depois, empresas ligadas à restauração e à actividade turística têm criado condições para a realização dos estágios profissionais dos alunos (hotéis, restaurantes, campos de golfe, etc.). Noutras áreas, interessa sublinhar a acção do Centro de Saúde de Olhão (extensão da Fuseta) e da Guarda Nacional Republicana, implicados num trabalho de apoio social e comunitário e de segurança e prevenção rodoviária.

A outro nível, menciona-se a adesão ao projecto “eTwinning”, em parceria com uma escola eslovena e dinamizado pelas disciplinas de Ciências Físico-Químicas e de Inglês, intitulado “Física no dia-a-dia”. De destacar, pela inovação, o projecto “Em Português nos Entendemos”, desenvolvido entre uma turma de PCA e uma turma de uma escola alemã, que tem português como segunda língua, no âmbito do qual é utilizado o correio electrónico.

5. CAPACIDADE DE AUTO-REGULAÇÃO E MELHORIA DO AGRUPAMENTO

5.1 AUTO-AVALIAÇÃO

Nesta área, existe um historial que passou pela criação de um Observatório de Qualidade da Escola (OQE) na EB 2,3 Dr. João Lúcio, no âmbito do Programa Educação Para Todos, de que resultou, em 2001, a elaboração de um relatório de auto-avaliação. Posteriormente, procedeu-se a nova recolha de dados, necessária para a construção de um Projecto Educativo que aglutinasse as realidades dos vários estabelecimentos de educação/ensino. Decorreu deste processo a preparação de um documento que serviu para repensar as ofertas educativas e equacionar as dinâmicas de concertação entre escolas, face às assimetrias graves existentes na órbita dos equipamentos e das instalações escolares. O roubo de material informático, em 2005, constituiu um revés com o desaparecimento de uma parte importante da informação, então existente, e acarretou descontinuidade para o processo. Em Janeiro do corrente ano, deu-se o ressurgimento do OQE e procedeu-se à aplicação de questionários a toda a comunidade educativa sobre o nível de satisfação, de qualidade e bem-estar, a coesão e a cooperação entre docentes. O relatório produzido carece ainda de divulgação genérica, designadamente junto das estruturas de coordenação e supervisão pedagógica e do órgão de direcção estratégica, pelo que não constitui, ainda, um documento de suporte para a melhoria.

5.2 SUSTENTABILIDADE DO PROGRESSO

Existe consciência daquilo que constitui os pontos fortes como o clima relacional, o envolvimento dos alunos, a qualidade dos espaços da escola-sede, as práticas de análise sistemática dos resultados escolares e a capacidade de gerar interacções com as várias entidades do meio. Por outro lado, existe o reconhecimento de debilidades que se apresentam como desafios para uma estratégia de melhoria, tais como: as taxas de insucesso observadas no 2.º CEB; a falta de articulação e a ausência de

sequencialidade entre grupos disciplinares e entre ciclos; a falta de uma cultura de participação entre as estruturas de coordenação pedagógica; o fraco envolvimento dos pais; a falta de uma resposta eficaz da autarquia aos problemas do Pré-Escolar e do 1.º CEB. É neste contexto que emerge uma gama de oportunidades que podem garantir sustentabilidade, como o desenvolvimento do turismo, o regresso à escola de muitos alunos, perante uma oferta educativa mais ampla e adaptada às suas necessidades, e a capacidade de reforçar o estabelecimento de parcerias com instituições locais e regionais.

V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, apresenta-se uma selecção dos atributos do **Agrupamento de Escolas Dr. João Lúcio**, (pontos fortes e fracos) e das condições de desenvolvimento da sua actividade (oportunidades). A equipa de avaliação externa entende que esta selecção identifica os aspectos estratégicos que caracterizam o Agrupamento e define as áreas onde devem incidir os seus esforços de melhoria.

Entende-se aqui por ponto forte: atributo da organização que ajuda a alcançar os seus objectivos; por ponto fraco: atributo da organização que prejudica o cumprimento dos seus objectivos; por oportunidade: condição ou possibilidade externas à organização que poderão favorecer o cumprimento dos seus objectivos.

Os tópicos aqui identificados foram objecto de uma abordagem mais detalhada ao longo deste relatório.

Pontos fortes

- Os resultados obtidos nas provas de aferição do 4.º ano, em 2006/07, como consequência das estratégias implementadas e das medidas de reforço e de apoio aos alunos;
- O empenho na constante requalificação dos espaços físicos da escola sede, com implicação dos alunos no embelezamento e na manutenção dos pátios e das áreas ajardinadas;
- O papel dos Serviços Especializados de Apoio Educativo e da psicóloga no acompanhamento das crianças/alunos com necessidades educativas permanentes e na prevenção e orientação de situações de desenquadramento social, visando uma política activa de inclusão;
- A coerência dos documentos estruturantes do Agrupamento constituindo verdadeiros instrumentos de orientação e de planeamento da actividade educativa;
- O empenho e a capacidade do Órgão de Gestão na mobilização dos recursos humanos disponíveis para o exercício responsável das suas funções e para o enfoque nas aprendizagens dos alunos;
- A diversidade de parcerias e projectos como factor de desenvolvimento pedagógico e organizacional do Agrupamento.

Pontos fracos

- A insuficiente articulação das estruturas de coordenação educativa não potencia o desenvolvimento de uma consistente sequencialidade das aprendizagens nos diversos anos de escolaridade e níveis de ensino;
- A ausência de supervisão da prática educativa, em contexto de sala de aula, não favorece um maior conhecimento e reflexão sobre as actividades desenvolvidas, incluindo a eficácia dos apoios e complementos educativos;
- A débil participação dos pais/EE na vida do Agrupamento, apesar das acções que estrategicamente são implementadas para motivar o seu envolvimento;

- O ainda incipiente processo de auto-avaliação como metodologia regular e sistemática de monitorização do desempenho global do Agrupamento.

Oportunidades

- A dinâmica introduzida pela Associação de Pais e Encarregados de Educação na mobilização dos pais/EE;
- O reforço da articulação com a Autarquia, como via para um maior apoio à Educação Pré-Escolar e ao 1.º CEB;
- A aposta numa oferta diversificada de formação, como forma de atrair novos públicos e de projectar o Agrupamento no meio.